

Nota Técnica Conjunta 006/2009/SAG-ANA/IEMA-ES
Doc.12535/09

Em 05 de junho de 2009

Ao Senhor Superintendente de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos

Assunto: **Proposta de alteração da área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH Doce.**

Objetivo

1. O objetivo da presente Nota Técnica é avaliar a área atual de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH Doce e as possibilidades de agregação de novas áreas relevantes para a gestão integrada dos recursos hídricos desta bacia.

Caracterização da Bacia do Rio Doce

2. A bacia hidrográfica do rio Doce está inserida no território dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, com uma área de 83.069 km², dos quais 86,4% no primeiro estado e 14,6% em terras do segundo. A extensão longitudinal da bacia é da ordem de 450 km na direção predominante ESE-WNW, sendo a largura da ordem de 420 km, na direção predominante NNE-SSW. Geograficamente, os limites da bacia encontram-se circunscritos pelos paralelos 17° 45' e 21° 15' S e pelos meridianos 39° 45' e 43° 45' W.

3. A bacia do rio Doce limita-se ao norte e noroeste com a bacia do rio Jequitinhonha, a oeste com a bacia do rio São Francisco, a sudoeste com a bacia do rio Grande, ao sul com a bacia do rio Paraíba do Sul e bacias do litoral sul do Espírito Santo. A nordeste, limita-se com as bacias do litoral norte do Espírito Santo e com a bacia do rio Barra Seca.

4. O rio Doce é um corpo d'água de domínio da União e é formado pelos rios Carmo e Piranga. Seus principais afluentes, pela margem esquerda, são os rios Piracicaba, Santo

Antônio, Corrente Grande, Suaçuí Pequeno, Suaçuí Grande em Minas Gerais; Pancas e São José no Espírito Santo; pela margem direita destacam-se os rios Casca, Matipó, Sacramento, Caratinga e Manhuaçu em Minas Gerais; Guandu, Santa Joana e Santa Maria do rio Doce pela margem direita no Espírito Santo.

5. A área de atuação do CBH Doce foi definida pelo Decreto da Presidência da República, de 25 de janeiro de 2002, para toda a região cujo exutório das águas superficiais drenadas está localizado nas coordenadas 39° 48', longitude oeste, e 19° 35', latitude sul, no Estado do Espírito Santo.

6. No Estado de Minas Gerais, a Bacia do rio Doce está subdividida nas seguintes Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (UPGRHs), conforme Deliberação Normativa nº 06/02, do CERH-MG, onde se encontram instalados Comitês de Bacia criados por Decretos específicos do Governador do Estado de Minas Gerais:

- DO1 – Bacia do rio Piranga;
- DO2 – Bacia do rio Piracicaba;
- DO3 – Bacia do rio Santo Antonio;
- DO4 – Bacia do rio Suaçuí;
- DO5 – Bacias do rio Caratinga; e
- DO6 – Bacia do rio Manhuaçu.

7. No Estado do Espírito Santo, embora inexistam subdivisões administrativas de recursos hídricos para a parcela da Bacia do rio Doce, constituíram-se os Comitês das Bacias Hidrográficas do rio Santa Maria do Doce, do rio Guandu e do rio São José.

8. O Anexo I apresenta o mapa da atual área de atuação do CBH Doce e as unidades apresentadas nos itens 6 e 7 desta Nota Técnica.

9. A Bacia do rio Doce abrange, total ou parcialmente, área de 228 municípios, sendo 202 em Minas Gerais e 26 no Espírito Santo e possui uma população total da ordem de 3,1 milhões de habitantes.

10. Segundo o Anuário Estatístico do Brasil (IBGE), a população urbana representa 68,7% da população total e esta se mantém em constante crescimento em função do êxodo rural generalizado na área da bacia. A Bacia do rio Piracicaba (Vale do Aço) tem o maior adensamento populacional e o fluxo migratório direciona-se, sobretudo, para a cidade de Ipatinga e de seu entorno. Destaca-se, também, como pólo atrativo dessa migração populacional a cidade de Governador Valadares, no médio rio Doce. Em decorrência desses movimentos, há uma tendência de diminuição populacional nos municípios com população com até 20.000 habitantes, que representam cerca de 93% dos municípios da Bacia.

11. A economia da Bacia está baseada principalmente nas seguintes atividades: agricultura (pecuária de leite e corte, suinocultura, café, cana-de-açúcar, hortifrutigranjeiros e cacau); indústria (siderurgia, metalurgia, mecânica, química, alimentícia, álcool, têxtil, curtume, papel e celulose); e mineração (ferro, ouro, bauxita, manganês, rochas calcáreas e pedras preciosas).

12. A Bacia abriga o maior complexo siderúrgico da América Latina. Três das cinco maiores empresas de Minas Gerais no ano de 2000, a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, a ACESITA e a USIMINAS, lá operam. Além disso, na Bacia se encontra a maior mineradora a céu aberto do mundo, a Companhia Vale do Rio Doce. Tais empreendimentos industriais, que apresentam níveis de qualidade e produtividade industrial que estão entre os maiores do mundo, desempenham papel significativo nas exportações brasileiras de minério de ferro e aços. Além deles, a bacia contribui de forma significativa na geração de divisas pelas exportações de café (MG e ES), na produção de celulose e papel e de polpa de frutas (ES).

13. A partir de dados da Fundação João Pinheiro (2001), pode-se inferir que o PIB da bacia do rio Doce representa em torno de 15% do PIB do Estado de Minas Gerais (estimado em 122 bilhões em 2001), sendo que somente o município de Ipatinga contribui com 5,4% daquele valor.

Área sob investigação para serem agregadas à bacia do rio Doce

14. Esta Nota Técnica buscará avaliar a região de Barra Seca, conforme apresenta-se no Anexo II, visando sua agregação à área de atuação do CBH-rio Doce. A seguir são caracterizadas ambas as regiões e analisados critérios que sugerem esta agregação.

Caracterização da Região de Barra Seca

15. A região de Barra Seca, área contígua à bacia do rio Doce, está totalmente localizada no Estado do Espírito Santo, abrangendo parcialmente as áreas dos municípios de Linhares, Sooretama, Jaguaré, Vila Valério e São Gabriel da Palha. A sua principal atividade econômica é baseada na agricultura irrigada.

16. O município de Linhares destaca-se por ser o maior produtor de mamão papaia do Estado do Espírito Santo e no seu maior exportador no mundo. Além disso, Linhares destaca-se por sua indústria moveleira, pela produção de álcool, pela produção de cacau, pela produção de confecções e pela produção de petróleo e gás natural. Nos últimos anos, através de incentivos fiscais, o município passou por um forte desenvolvimento na área industrial, principalmente com a implantação de agroindústrias nas áreas de beneficiamento da fruticultura.

17. O município de São Gabriel da Palha destaca-se pela produção de café *conillon*, possuindo a mais importante Cooperativa Agrária de Cafeicultores do Estado. Destaca-se ainda, pelo cultivo de côco, látex, feijão milho, mandioca e criação de gado leiteiro. Nos últimos anos São Gabriel da Palha vem se transformando num grande pólo de confecção têxtil, que proporciona geração de empregos para a região e uma das mais importantes fontes de renda do município.

18. O município de Sooretama, vizinho de Linhares e Vila Valério, possui economia voltada para a agricultura, principalmente para a produção de café. Sooretama destaca-se também na fruticultura, com a produção de frutas cítricas e tropicais além de integrar o pólo do maracujá do Espírito Santo sendo seu maior produtor.

19. O município de Jaguaré tem como base de sua economia a produção de café e pimenta do reino, e é também um tradicional pólo da fruticultura capixaba, principalmente no cultivo de mamão, coco, goiaba, maracujá. Jaguaré é o município é o

maior produtor de café conilon do país. Cerca de 80% da atividade agrícola do município é a cafeicultura, na sua maioria de base familiar.

Fatores de Integração

20. Do ponto de vista hidrológico, percebe-se que a região de Barra Seca se comunica hidrologicamente com a Bacia do Rio Doce.

21. Na estação das cheias do rio Doce, volume considerável das águas escoam de Barra Seca em direção à Bacia do Rio Doce e vice-versa. Essa conexão se dá por meio de uma série de canais de drenagem, naturais e artificiais, existentes na área da planície costeira. São diversas as comprovações da existência dessa comunicação hídrica: o fato do delta do rio Doce possuir largura de aproximadamente 20 a 30 km de extensão e as várias lagoas da região de Barra Seca serem alimentadas pelo rio Doce são algumas delas.

22. Adicione-se à constatação acima, a investigação geológica de que a foz do Rio Doce já teve um outro percurso: ao invés de fazer a curva de final de cursos, hoje existente, o rio caminhava para Norte, desembocando na região de Barra Seca; a sua mudança de curso gerou a existência dos canais naturais testemunhas dessa interligação.

23. Do ponto de vista da gestão territorial, segundo a Divisão Regional do Brasil em mesorregiões, elaborada pelo IBGE, Barra Seca e a Bacia do rio Doce são “integradas” pelas mesorregiões Litoral Norte Espírito-Santense e Noroeste Espírito-Santense, como pode ser observado no Anexo III.

24. A Divisão Regional do Brasil em mesorregiões partiu de determinações que buscaram identificar áreas adequadas para o tratamento comum considerando-se as seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial.

25. Além desse fato, há vários municípios cujos territórios pertencem parte à Barra Seca e parte à Bacia do rio Doce: São Gabriel da Palha, Vila Valério, Sooretama e Linhares. Aproximadamente 73% da área de Barra Seca são cobertos* por esses municípios em

comum. Como não se pode separar a gestão dos recursos hídricos com a gestão do território (correndo-se o risco de se perder governabilidade), o tratamento comum em toda a área municipal é muito relevante e induz à agregação dessas regiões. O Anexo III também destaca esses municípios.

26. Do ponto de vista dos aspectos ambientais, cabe destacar que nos municípios de Sooretama e Linhares, pertencentes à Barra Seca e à Bacia do Rio Doce, se encontra a Reserva Biológica de Sooretama. Acresce-se que a região do delta do rio Doce é abrangida pela faixa terrestre da zona costeira e sua faixa de gerenciamento é pertencente tanto à Barra Seca quanto à Bacia do rio Doce. O Anexo IV apresenta todos esses elementos.

27. Do ponto de vista institucional, deve-se destacar que a divisão em estudo para o gerenciamento dos recursos hídricos do Estado do Espírito Santo considera a Região de Barra Seca conjuntamente com a Região Hidrográfica do rio Doce. Na Região de Barra Seca não existem, no entanto, comitês de bacia instalados pelo Estado do Espírito Santo.

Avaliação

28. A região de Barra Seca é uma área de grande interesse para a gestão dos recursos hídricos não somente pela crescente presença de agricultura irrigada, mas também por abranger áreas úmidas, lagoas e planície costeira, todas de grande valor hídrico e ambiental, além da intensa atividade de exploração petrolífera.

29. A Resolução nº 17, de 2001, do CNRH, estabelece que a elaboração do Plano de Recursos Hídricos de uma Bacia deve observar à avaliação ambiental e sócio-econômica da bacia, identificando e integrando os elementos básicos que permitam a compreensão da estrutura de organização da sociedade e a identificação dos atores e segmentos setoriais estratégicos, os quais deverão ser envolvidos no processo de mobilização social para a elaboração do Plano e na gestão de recursos hídricos.

30. Nesse sentido, atendendo ao que dispõe, também, o artigo 7º da Resolução nº 17, que *“os Planos de Recursos Hídricos devem ser articulados com os planejamentos setoriais e regionais”*, os Termos de Referência para a Elaboração do Plano de Recursos Hídricos

da Bacia Hidrográfica do Rio Doce já considera a região de Barra Seca como objeto de análise e proposição de ações de gestão e planejamento, juntamente com a Bacia do rio Doce.

31. Portanto, a gestão dos recursos hídricos em Barra Seca deve ser feita de forma integrada com a gestão da Bacia do Rio Doce, por terem aspectos hidrológicos, ambientais, sócio-econômicos e político-institucionais fortemente interligados.

32. Quanto ao gerenciamento costeiro, de acordo com o que estabelece o Decreto nº 5.300, de 2004, que regulamenta a Lei nº 7.661, de 1988, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro deve dispor sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelecer critérios de gestão da orla marítima. Os municípios abrangidos pela faixa terrestre da zona costeira deverão ser considerados atentamente, uma vez que estão sujeitos às regras de uso e ocupação da zona costeira, e, portanto, devem ser avaliados em conjunto. Aplica-se, assim e necessariamente, a impositiva integração da gestão da zona costeira, que abrange a região de Barra Seca, com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do rio Doce, corpo d'água definidor das características morfológicas e ambientais da costa continental na região de sua foz.

33. A integração dessa região à área de atuação do CBH Doce permitirá a criação de um *lôcus* para o debate e definição da política que vise à construção da gestão integrada dos recursos hídricos, beneficiado pelos fatores sócio-econômico-políticos-institucionais que já as caracterizam conforme critérios utilizados para a definição das mesorregiões e pelas áreas dos municípios e unidades de gerenciamento costeiro em comum.

34. A ampliação da área de atuação de um Comitê encontra precedentes, com a experiência bem-sucedida do Ceivap. Portanto, essa ação já foi objeto de avaliação pelo CNRH.

35. Por fim, a incorporação de Barra Seca à área de atuação do CBH Doce encontra respaldo nas técnicas de planejamento e gestão de recursos hídricos, cuja diretriz principal é o gerenciamento integrado de recursos hídricos. Dessa forma, devem-se conformar os princípios estabelecidos nas políticas federal e estadual de recursos hídricos.

36. Sob o aspecto legal, a agregação das regiões de Barra Seca à Bacia do rio Doce encontra respaldo no inciso III do art. 37 da Lei nº 9.433, de 1997, que estabelece que *“os Comitês de Bacia Hidrográfica terão como área de atuação grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas”*.

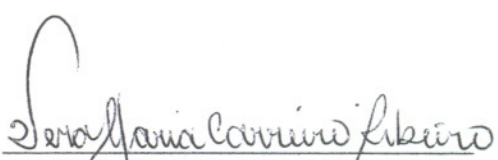
Encaminhamento

37. A proposta de alteração da atual área de atuação do CBH Doce deve ser submetida ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e, se aprovada, será efetivada mediante ajuste no Decreto de criação do Comitê, editado pelo Presidente da República.

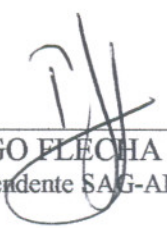
39. Diante do exposto, recomenda-se que a proposta seja apresentada ao CBH Doce, apreciada e, caso aprovada, tomadas as providências pertinentes previstas no item anterior para encaminhamento de minuta de Decreto, conforme apresentada no Anexo V desta Nota Técnica.

À consideração superior.


FERNANDA LAUS DE AQUINO
Especialista em Recursos Hídricos - ANA


VERA M. CARREIRO RIBEIRO
Analista de M. Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

De acordo.


RODRIGO FLECHA F. ALVES
Superintendente SAG-ANA


FABIO AHNERT
Diretor de Recursos Hídricos do IEMA

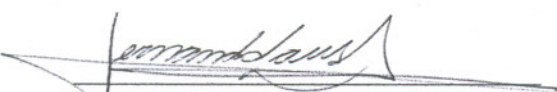
36. Sob o aspecto legal, a agregação das regiões de Barra Seca à Bacia do rio Doce encontra respaldo no inciso III do art. 37 da Lei nº 9.433, de 1997, que estabelece que *“os Comitês de Bacia Hidrográfica terão como área de atuação grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas”*.

Encaminhamento

37. A proposta de alteração da atual área de atuação do CBH Doce deve ser submetida ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e, se aprovada, será efetivada mediante ajuste no Decreto de criação do Comitê, editado pelo Presidente da República.

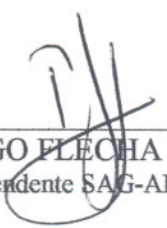
39. Diante do exposto, recomenda-se que a proposta seja apresentada ao CBH Doce, apreciada e, caso aprovada, tomadas as providências pertinentes previstas no item anterior para encaminhamento de minuta de Decreto, conforme apresentada no Anexo V desta Nota Técnica.

À consideração superior.


FERNANDA LAUS DE AQUINO
Especialista em Recursos Hídricos - ANA


VERA M. CARREIRO RIBEIRO
Analista de M. Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

De acordo.


RODRIGO FLECHA F. ALVES
Superintendente SAG-ANA


FABIO AHNERT
Diretor de Recursos Hídricos do IEMA

Anexo I – Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce

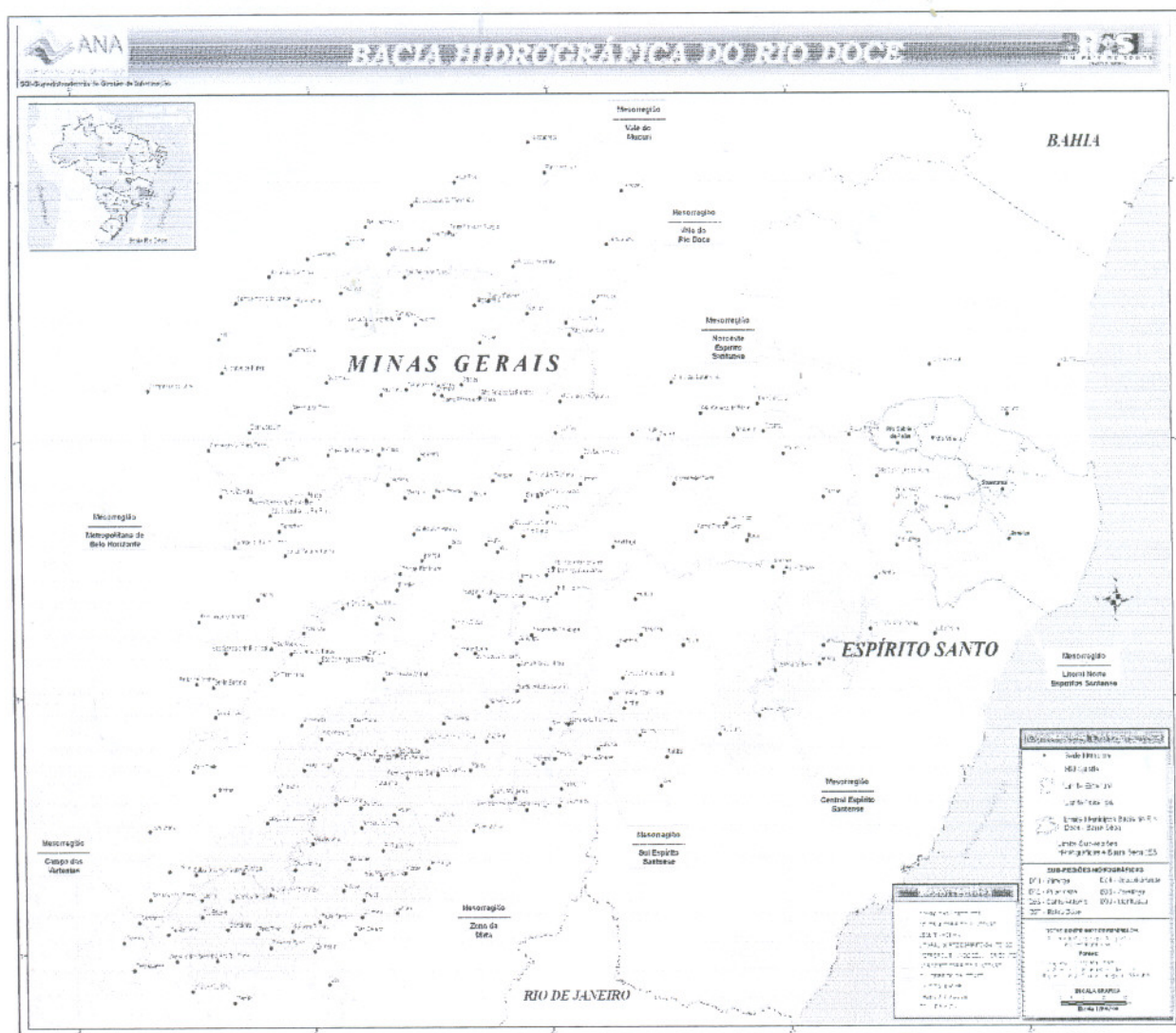
BACIA DO RIO DOCE - ATUAL



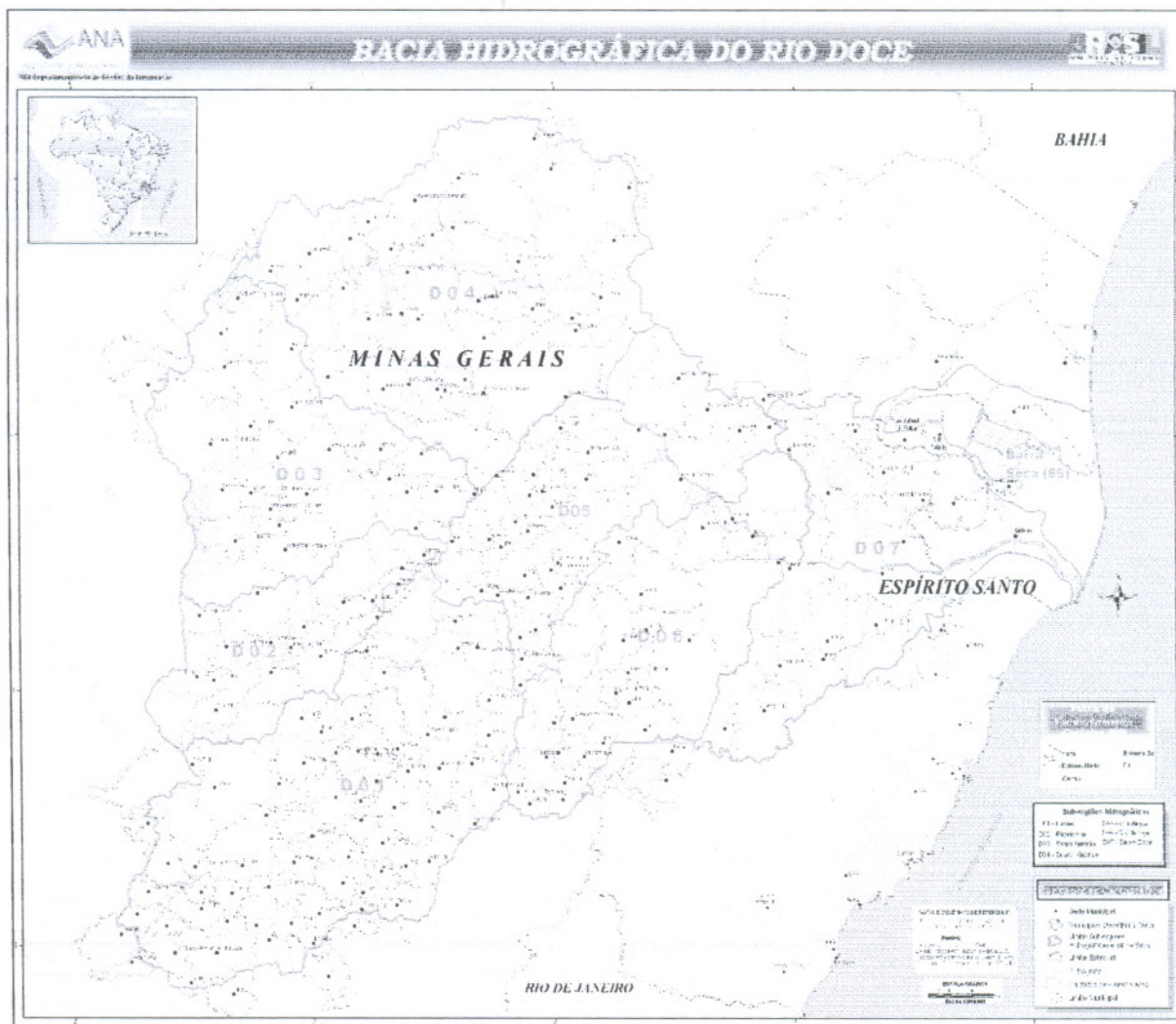
Anexo II – Proposta de Ampliação da Área de Atuação do CBH Doce



Anexo III – Bacia Hidrográfica do Rio Doce – Mesorregiões e Municípios



Anexo IV – Bacia Hidrográfica do Rio Doce – Unidades de Conservação e Faixa de Gerenciamento Costeiro



Anexo V – Proposta de Minuta de Decreto

DECRETO DE DE DE 20.....

(MINUTA)

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º do Decreto de 25 de janeiro de 2002, que institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, localizada nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000,

DECRETA:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º do Decreto de 25 de janeiro de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 29 de janeiro de 2002, Seção 1, que institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. A área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce engloba a área de drenagem da Bacia do Rio Doce e a região hidrográfica de Barra Seca, no Estado do Espírito Santo, cujos limites litorâneos são definidos pelas coordenadas 19° 5' S e 39° 43' W, e, 19° 35' S e 39° 48' W."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 20...;º da Independência eº da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Nelson José Hubner Moreira